

**A.I. N** - 926784-0/05  
**AUTUADO** - GD CASTRO COMÉRCIO DE PRODUTOS FARMACÊUTICOS LTDA  
**AUTUANTE** - ERLANE BIZERRA SALES  
**ORIGEM** - IFMT/SUL  
**INTERNET** - 22/09/05

#### **5ª JUNTA DE JULGAMENTO FISCAL**

#### **ACÓRDÃO JJF Nº 0027-05/05**

**EMENTA:** ICMS. DOCUMENTOS FISCAIS. NOTAS FISCAIS. AUDITORIA DE CAIXA. VENDAS À CONSUMIDOR FINAL. FALTA DE EMISSÃO DA DOCUMENTAÇÃO FISCAL CORRESPONDENTE. MULTA POR DESCUMPRIMENTO DE OBRIGAÇÃO ACESSÓRIA. Rejeitada a preliminar de nulidade. Imputação não elidida. Auto de Infração **PROCEDENTE**. Decisão unânime.

#### **RELATÓRIO**

O presente Auto de Infração, lavrado em 04/04/05, refere-se à aplicação de penalidade pela falta de emissão de notas fiscais de saídas de mercadorias nas vendas a consumidor, apurado através de Auditoria de Caixa, exigindo-se a multa no valor de R\$690,00, disposta no artigo 42, inciso XIV-A, “a”, da Lei nº 7.014/96.

O autuado apresenta impugnação, à fl. 08, dizendo que a ação fiscal foi realizada no início da manhã quando ainda não havia realizado vendas. Alega que o valor de R\$130,00, encontrado no caixa, refere-se ao que foi vendido nos dias 01 e 02/04/05 (sexta e sábado), bem como ao recebimento de vendas a prazo. Ao final, anexando cópias de algumas notas fiscais, pede a improcedência do Auto de Infração.

A auditora que prestou a informação fiscal (fls. 13 e 14) mantém a autuação, dizendo que o Termo de Auditoria de Caixa, à fl. 04, comprova materialmente a infração. Quanto à alegação do autuado de que o valor encontrado no caixa era referente a vendas anteriores, expõe que o valor encontrado não coincide com a soma constante nas cópias das notas fiscais anexadas pelo autuado. Acrescenta que no Termo de Auditoria de Caixa, devidamente assinado pelo autuado, indica que não havia saldo do dia anterior.

#### **VOTO**

O presente Auto de Infração refere-se à aplicação de multa pela falta de emissão de notas fiscais de saídas de mercadorias nas vendas a consumidor, apurado através de Auditoria de Caixa.

De acordo com os documentos anexados pelo autuante, entendo que ficou comprovado o acerto da ação fiscal, já que o Termo de Auditoria de Caixa, anexado aos autos à fl. 04, com a assinatura do representante da empresa autuada, constatou diferença positiva no valor de R\$130,00, servindo como prova do cometimento da infração, conforme entendimento já pacificado neste CONSEF, tendo em vista que tal diferença corresponde a venda de mercadorias sem a emissão da documentação fiscal exigível.

No que diz respeito à alegação do autuado de que o valor encontrado no caixa era referente a vendas de dois dias anteriores, bem como de vendas a prazo, razão não lhe assiste, uma vez que o contribuinte não declarou qualquer valor de saldo de abertura de caixa no momento da ação fiscal, sendo que o Termo de Auditoria de Caixa, devidamente assinado por preposto do

estabelecimento autuado, comprova tal circunstância. Ademais, o valor encontrado não coincide com a soma constante nas cópias das notas fiscais anexadas pelo autuado.

Ressalto, ainda, que foi emitida a nota fiscal nº 001639 (fl. 02), referente ao saldo positivo encontrado na auditoria de caixa, comprovando o procedimento irregular do contribuinte.

Do exposto, e considerando ainda que conforme dispõe os artigos 142, VII e 220, I, do RICMS/97, é obrigação do contribuinte entregar ao adquirente, ainda que não solicitado, o documento fiscal correspondente às mercadorias cuja saída efetuar, devendo a Nota Fiscal ser emitida antes de iniciada a saída das mercadorias, voto pela PROCEDÊNCIA do Auto de Infração.

## RESOLUÇÃO

ACORDAM os membros da 5ª Junta de Julgamento Fiscal do Conselho de Fazenda Estadual, por unanimidade, julgar **PROCEDENTE**, o Auto de Infração nº **926784-0/05**, lavrado contra **GD CASTRO COMÉRCIO DE PRODUTOS FARMACÊUTICOS LTDA**, devendo ser intimado o autuado para efetuar o pagamento da multa de **R\$690,00**, prevista no art. 42, inciso XIV-A, “a”, da Lei nº 7.014/96.

Sala das Sessões do CONSEF, 31 de agosto de 2005.

MÔNICA MARIA ROTERS - PRESIDENTE

LUÍS ROBERTO DE SOUSA GOUVÊA - RELATOR

CLÁUDIO MEIRELLES MATTOS - JULGADOR